

Reforma Tributária no Nordeste é debatida na Sudene

O ano de 2026 marca o começo do período de transição para as novas regras

Com o início do período de transição da Reforma Tributária no Brasil, previsto para 2026, a Sudene intensificou as discussões sobre os impactos das mudanças no sistema tributário no Nordeste. Nesta sexta-feira (23), gestores da Autarquia se reuniram com o secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório, para debater o novo regramento e a competitividade regional, atração de investimentos e o desenvolvimento econômico do Nordeste.

De acordo com o superintendente da Sudene, Francisco Alexandre, o momento exige articulação política e diálogo com o setor produtivo para avaliar o novo regramento e promover a modernização dos instrumentos de fomento e crédito disponíveis na Região. "Reconhecemos a importância da Reforma Tributária, que atende à necessidade de atualização do sistema tributário brasileiro frente à nova realidade produtiva do País. No entanto, é fundamental garantir que essas mudanças não aprofundem as desigualdades regionais", afirmou.

Nesse contexto, a Sudene busca aperfeiçoar seus principais instrumentos de atuação, como os fundos regionais (FNE e FDNE) e os incentivos fiscais, em consonância com o Plano Regional de



A preocupação central está relacionada ao fim do ICMS

Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). A estratégia, segundo Francisco Alexandre, é assegurar a competitividade da Região por meio de investimentos em infraestrutura, qualificação da mão de obra, inovação e melhoria da eficiência da gestão pública. "Nosso objetivo é fortalecer a Sudene para promover o desenvolvimento regional sustentável, adensando as cadeias produtivas e gerando emprego e renda para a população", destacou.

A preocupação central está

relacionada ao fim do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que historicamente tem sido utilizado pelos estados como instrumento de atração de investimentos por meio de benefícios fiscais, e à distribuição dos recursos do Fundo de Compensação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Com a extinção desse mecanismo, cresce o receio quanto à permanência de empresas no Nordeste e ao fortalecimento da indústria regional

em um ambiente de maior concorrência entre as unidades da federação.

O secretário Manoel Vitório afirmou que a reforma poderá contribuir para o equilíbrio federativo, na medida em que a implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado para compensar o fim da guerra fiscal entre os estados, "representa uma oportunidade de se colocar em prática uma política nacional com potencial de contribuir para a re-

dução das desigualdades entre as regiões brasileiras".

Destinado a reduzir desigualdades regionais e sociais, o FNDR deverá contar com aportes da União, e seus recursos serão destinados a estudos, projetos e obras de infraestrutura, fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda e ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação. O fundo, no entanto, ainda não foi regulamentado. "É preciso que esse disciplinamento conte com a participação dos estados, em especial os mais afetados pelas desigualdades regionais", frisou Vitório.

Desde o dia 1º de janeiro, entrou em operação o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, marcando a fase de testes com a cobrança simbólica dos novos impostos sobre o consumo (CBS e IBS), que segue até 2033, com adaptações graduais dos contribuintes e sistemas. Na prática, este ano funcionará como um grande ensaio geral antes da substituição definitiva de cinco tributos.

Desse total, três são federais: o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Bahia entrega 100ª escola estadual

O governo da Bahia inaugurou no último sábado (24), no município de Maracás, a 100ª unidade escolar construída no novo padrão da rede estadual de ensino. O modelo contempla uma infraestrutura moderna, com salas climatizadas, teatro, biblioteca, laboratórios, quadra poliesportiva e outros equipamentos voltados à ampliação da oferta de educação em tempo integral e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

A unidade entregue é o Colégio Estadual de Tempo Integral Iracy Marlene da Hora Passos, que recebeu investimento total de R\$ 34,3 milhões. A cerimônia de inauguração contará com a presença do governador Jerônimo Rodrigues e da secretária da Educação do Estado, Rowenna Brito, além de estudantes, professores, servidores, autoridades locais e representantes da comunidade.

O novo padrão adotado pelo governo estadual prioriza espaços

pedagógicos e de convivência capazes de atender às demandas do ensino integral. No colégio de Maracás, foram construídas 24 salas de aula, quatro laboratórios, sala multifuncional, biblioteca e setor administrativo. A estrutura inclui ainda um teatro com capacidade para 200 pessoas e um restaurante estudantil com o mesmo número de lugares, garantindo suporte adequado às atividades educacionais e à permanência dos estudantes na escola ao longo do dia.

A área esportiva também recebeu atenção especial.

A unidade conta com campo de futebol society com pista de atletismo, quadra poliesportiva coberta com arquibancada, vestiários e guarita, ampliando as possibilidades de práticas esportivas, culturais e de integração comunitária. O conjunto de equipamentos reforça a proposta de formação integral dos estudantes, aliando ensino, esporte, cultura e lazer.

De acordo com o governo do Estado, os investimentos fazem parte de uma política contínua de fortalecimento da educação pública.

Entre 2023 e 2025, foram aplicados R\$ 20,3 bilhões na Educação Básica e na Educação Superior em toda a Bahia. Somente em infraestrutura escolar, o volume de recursos chegou a R\$ 9,7 bilhões no mesmo período, destinados a obras de construção, reformas e ampliações de unidades de ensino.

Desse total, R\$ 2 bilhões foram investidos especificamente na construção das 100 escolas do novo padrão, que passam a integrar a rede estadual em diferentes regiões do estado. A entrega da unidade em Maracás simboliza esse marco e reafirma o compromisso do governo com a ampliação do acesso, a modernização das escolas e a oferta de um ambiente mais adequado para o desenvolvimento educacional dos estudantes baianos.



De 2023 a 2025, o governo do estado já investiu R\$ 20,3 bilhões